

# UMA ABORDAGEM AOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA: REFLEXOS DO PERÍODO REGENCIAL EM SERGIPE (1835-1842)

José Elves Lima de Oliveira<sup>1</sup>

## Resumo:

O texto a seguir busca, por meio da leitura dos relatórios dos presidentes de província produzidos em Sergipe no período de 1835 a 1842, notar as questões de maior relevância discutidas nas sessões das assembleias desta província. Os assuntos apresentados, dizem respeito a política local, mas, também, relacionados ao contexto da política regencial. Por meio da abordagem a estes relatórios, perceberemos conflitos de ordem política, as dificuldades enfrentadas pela administração da província, entre outras questões de ordem pública enfrentadas nesse período.

**Palavras-chaves:** Relatórios, Província de Sergipe, Presidentes.

## Introdução:

A escrita historiográfica, em princípio, associava as transformações e acontecimentos históricos aos grandes nomes da política, as instituições ou ao Estado nos processos históricos, entendendo que estas eram as figuras de poder e apenas por meio da compreensão das ações destas seria possível ler a história. Esta abordagem foi renovada com as novas correntes historiográficas do século XX, tal como a *escola dos annales* e notadamente as correntes das últimas décadas deste século; assim, as massas passaram a ter visibilidade, a serem participes nos processos históricos. A “história vista de baixo” passou a entender as relações de poder de maneira mais ampla e, deste modo, entendendo que o povo também exerce relações de poder e contribuem para as mudanças na sociedade. No Brasil, a Nova História Política liga-se ao contexto histórico nacional do processo de redemocratização:

“A produção historiográfica a partir dos anos oitenta mudou: das estruturas sociais e econômicas que deveriam mostrar o Brasil

---

<sup>1</sup> Licenciando em História pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [elvesloliveira@gmail.com](mailto:elvesloliveira@gmail.com)  
TCC orientado pela professora Dra. Edna Maria Matos Antônio.

profundo para a compreensão das relações de poder no espaço público, num país marcado pela colonização, pela escravidão, onde as instituições representativas abarcaram apenas uma pequena parte da população.” (SILVA, 2014. p. 4)

A análise aqui proposta baseia-se nas premissas da Nova História Política. A nova história política busca, para interpretação dos movimentos da história, fazer uma observação mais abrangente sobre os personagens atuantes nos processos de mudança na sociedade, levando em conta, para isso, como o povo, e não apenas as elites ou figuras notórias, participam destas transformações. Como o povo percebe e como age diante das transformações políticas muitas vezes impostas por lideranças políticas, Esse é também um dos objetos de análise na nova história.

Nesta perspectiva, ainda que levemos em conta que o período aqui analisado, o Período Regencial, ainda caracterizava-se por um poder de participação nas decisões políticas ainda muito restrito. É possível perceber já nesse momento um princípio de maior descentralização deste poder, nesse período, mesmo que de maneira ainda incipiente, e possível vislumbrar propostas de ampla participação popular destas decisões do governo.

### **Instabilidade política: o conturbado período regencial.**

O período regencial, de 1831 a 1840, caracterizou-se como um período de constantes convulsões populares, movimentos separatistas, além de conflito de interesses entre as elites dominantes do Brasil. Na verdade, tais disputas eram demonstradas desde antes da abdicação do Imperador D. Pedro I e acirraram-se ainda mais com a lacuna de poder correspondente ao período entre o primeiro e o segundo reinados, o período regencial.

Ao partir para Portugal no ano de 1822, D. João VI incumbiu seu filho Pedro, a difícil missão de instituir uma Monarquia Constitucional no Brasil. Este o alertara sobre as pressões que seriam manifestadas pelas elites provinciais para garantir a prevalência de seus interesses. Com o tempo, as manifestações ganhariam força e as discussões acerca de como deveria constituir-se o poder representativo no Império acirraram-se:

“Tratava-se da discordância em relação ao princípio do equilíbrio de poderes, princípio básico da proposta liberal de monarquia

constitucional segundo o qual a divisão das instâncias de poder – Executivo, Legislativo, Judiciário –, antes centradas todas nas mãos do rei absolutista, deveriam ser equilibrada. Do critério adotado na distribuição desses três poderes dependia o caráter liberal – avançado (“radical”) ou restrito (“moderado”) – do governo representativo numa monarquia constitucional.” (Lyra, 2000, p. 18.)

A partir dos pontos apresentados anteriormente, os grupos políticos passariam a ter seu posicionamento definidos. Aqueles que defendiam as propostas que restringiam os poderes da monarquia e que garantiam mais poder de participação nas decisões do governo pelas elites políticas e até mesmo pela população em geral, foram denominados “radicais”, “exaltados” e até “democratas”. Por outro lado, os que adotavam posturas mais cautelosas em relação às discussões de uma participação política mais ampla da sociedade na construção do Estado imperial, foram alcunhados de “moderados” ou “conservadores”.

Em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicaria do trono em favor de seu filho. Todavia, este por ainda encontrar-se em tenra idade não pôde ocupar o Trono. A única saída legal para sanar essa falta era um governo provisório composto por regentes, medida prevista inclusive na própria constituição de 1824 conforme inciso segundo, artigo 15 desta carta. Esta era uma das atribuições incumbidas ao poder legislativo, a Assembleia Geral deveria não só escolher um regente, mas também determinar seu tempo de atuação visto que este deveria ocupar esta posição em caráter provisório. Todavia, as regências duraram por mais tempo que o previsto e o Império foi governado por regentes durante nove anos, período entre a abdicação de Pedro I e o “golpe da maioria” que possibilitou D. Pedro II a assumir o trono aos 14 anos de idade.

Toda essa instabilidade nas governanças do Império implicou em insatisfações que se estenderam mesmo após a aclamação de D. Pedro II. Para a historiadora Sergipana, Maria Thetis Nunes:

O 7 de abril entregou o comando do Império aos grandes proprietários rurais nacionais, e os primeiros acontecimentos que marcaram a regência refletem ‘a inexperiência política’ do Brasil, a ignorância de seus homens de governo, o baixo nível cultural de sua população. (NUNES, 2000, p. 192.)

O Primeiro Reinado ficou marcado pelo autoritarismo do Imperador e pelos crescentes confrontos entre os poderes locais e os portugueses fazendo surgir um sentimento antilusitanista, entre os “filhos da terra”. E esta será, portanto, uma das pautas a que buscará atender os governos regentes. Em Sergipe, este sentimento também teve seus reflexos:

“No ano de 1824, esse antilusitanismo se revestiu de violência, indo a espancamento e perseguição a portugueses residentes nas mais prosperas povoações como Larangeiras, Rosário do Catete, Divina Pastora, Maruim e na própria Capital, São Cristóvão, (...) Na sessão do conselho do Governo de 17 de agosto daquele ano, ocorreu uma demonstração de radicalismo a que chegara esse sentimento, ao ser trazida uma representação popular com mais de trezentas assinaturas, pedindo que fossem expulsos de Sergipe os portugueses e brasileiros nascidos em Portugal, acusados de anti-brasileirismo.” (NUNES, 1978, p. 81.)

Um exemplo da insatisfação popular desse período pode ser percebido nas medidas tomadas nos primeiros anos do Governo Regente. A criação da Guarda Nacional, em 1832, possibilitou a manutenção da segurança e proteção ao *Status Quo* da elite imperial. O exército, composto pelas pessoas das classes mais pobres, além de receberem salários parcos e insuficientes ocupavam esses postos na maioria das vezes a contragosto e, por vezes, chegando até a rebelar-se contra as elites aliando-se as populações revoltosas:

“A Guarda Nacional no Brasil estava longe de ser a milícia cidadã que garantira as vitórias populares nos momentos decisivos da Revolução Francesa. Aquinhoados com o título de Coronel, Major ou Capitão, tinham os senhores de terra reforçado o seu poder. Contavam agora com uma força efetiva para impor pretensões e garantir a prepotência e arbitrariedade que exerciam”. (Castro, 1977, p. 13, apud Nunes. 2000, p. 195)

Além da criação da Guarda Nacional, neste mesmo período, o Código de Processo Criminal foi reformado e os juízes de paz – figuras de grande poder local, tiveram sua autoridade reforçada. Também foi criada a figura do júri, o qual deveria acompanhar os juízes em suas decisões; além da instituição do *habeas corpus*. Porém, à medida mais decisiva da Constituição de 1824 veio com o Ato Adicional de 1834. O Ato Adicional, pode ser interpretado como um grande acordo entre liberais e conservadores. Com o Ato, revogou-se o poder moderador e suprimiu-se o Conselho de

Estado passando às Assembleias Gerais, composta por deputados e senadores das províncias, a deliberar com maior autonomia.

As Assembleias deveria nomear funcionários públicos, fixar as cobranças locais de impostos além de responsabilizar-se pelas despesas municipais e da província. E dentre as figuras de maior poder local com estas mudanças figuravam os presidentes de província, cabia a estes convocar as assembleias provinciais, suspender e/ou sancionar as leis devendo observar estas as leis do Império, com a criação das Assembleias as províncias ganhavam maior autonomia em suas decisões, apenas o Presidente da Província continuaria a ser escolhido diretamente pelo poder central, tudo isso era entendida como um verdadeiro poder nas mãos dos políticos locais. Na província de Sergipe observaremos que a autoridade dispensada a estas figura aliado as disputas de poder entre as famílias economicamente mais destacadas na província resultaria em conflitos de grande repercussão.

As Assembleias produziram, em suas sessões, relatórios a partir dos quais fazia-se saber, fosse na Província, fosse na sede da Coroa, a situação em que encontrava-se cada um dos distintos territórios. Se as finanças iam bem, das políticas de melhorias da Província, se havia revoltas, ou da necessidade de intervenção do Governo Central, tudo deveria ser relatado nessa documentação.

Para a produção deste trabalho foram utilizados os Relatórios da Província de Sergipe produzidos entre 1835 e 1842<sup>2</sup>. Muito embora em suas leitura percebamos que os conflitos e as disputas de poderes extrapolam esse recorte temporal, algumas desavenças antecederam ao período regencial e outras animosidade entre figuras da elite política sergipana seguiram mesmo após a aclamação do Imperador D. Pedro II. Nos relatório são descritas revoltas populares como as movimentações ocorridas por parte dos moradores de Santo Amaro da Brotas, um conflito que fora iniciado por volta de 1826, período em que governara o Presidente Manuel Clemente de Albuquerque e agravou-se com as decisão tomadas pela Assembleia Legislativa de 1835 ao finalmente transferir a câmara desta primeira para Maruim; casos de fraudes eleitorais, a exemplo do escandaloso pleito de 1836, no qual registrou-se o número de cerca de 5000 mil votos quando na província o número de possíveis votantes não chegava aos 500 e por conta disto fora anulado. Perceberemos, ainda, desmandos e desrespeito por parte de

---

<sup>2</sup> Relatórios da Província de Sergipe. São Cristóvão: Tip. Correio Sergipense, 1855.

autoridades locais as leis, abuso de poder, assim como questões relacionadas a delimitação territorial e problemas com os poucos recursos arrecadados pela província.

Seguem, nas próximas páginas, o resumo e apontamentos dos temas discutidos nas sessões das Assembleias Provinciais no período entre 1835 e 1842. Um ponto a ser observado é a falta de relatórios referentes ao ano de 1836, pois neste ano não foram produzidos relatórios em função da anulação por suspeitas de fraude do pleito referente a este período.

Nos relatórios de província observa-se não somente questões de grande relevância para a província de Sergipe como também temas que geraram grandes discussões no período regencial, questões comuns às províncias e ao Império nesse período da história do Brasil

### **Relatório da Província de Sergipe do ano de 1835:**

Fala com que o Presidente Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa (1807-1838) abriu a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial em Agosto de 1835.

A Assembleia foi convocada em caráter extraordinário para que o quanto antes medidas fossem tomadas visando conter manifestações “anarquistas” que ameaçavam a ordem e a segurança da província. Trata-se da revolta de Santo Amaro.

O Presidente inicia sua fala expondo as dificuldades enfrentadas para fomentar na província o desenvolvimento da indústria e do comércio interno. Em seguida, inicia o relato dos acontecimentos ocorridos por força da aplicação da lei provincial de 19 de fevereiro de 1835, que trata da extinção da vila de Santo Amaro da Brotas e da transferência da sua câmara para a povoação de Maruim:

“dias depois do encerramento da primeira sessão da Assembleia, tendo sido executada a lei Provincial de dezanove de Fevereiro do corrente anno, no Artigo sétimo, que extinguiu a Villa de Santo Amaro das Brotas, mandando transladar sua câmara, e Justiça para a Povoação de Maruim, os habitantes delas em extremo descontentes com a Resolução Provincial, se appozerão á força d’armas á execução da lei, pretextando posse immemorial daquella Cathegoria, vantagens de localidade, superioridade de fogos, e almas sobre os de mais Termos da Comarca”.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Relatório dos Presidentes de Província de Sergipe de 1835. São Cristóvão: Tip. Correio Sergipense, 1855.

Insatisfeitos com as decisões tomadas pela Assembleia Legislativa os santamarenses buscaram de todas as formas resistir a aplicação da lei, argumentando que tal decisão fazia-se por razões de ordem política. E, buscando invalidar as decisões da Assembleia, foi feita uma representação a qual pedia a revogação das decisões tomadas pelo corpo legislativo, além de pedir a realização de uma eleição para a escolha de novos deputados. Vendo que suas reivindicações não eram atendidas, os revoltosos buscando defender suas posições, foram até a vila e de Maruim resgatar a câmara e seus arquivos à vila de Santo Amaro.

Dada as dimensões a que chegou a insatisfação popular, o Presidente da Província, temendo que a situação ficasse fora de controle, solicitou auxílio a Guarda Nacional para reestabelecer a ordem. Porém, suas solicitações não foram atendidas conforme se observa a seguir:

“Infelizmente se baldearão tantos esforços empregados em benefício da tranquilidade; burlava-se as determinações do Governo, e contrariava-se até a energia da sua acção; o espirito de insubordinação, e de anarchia se manifestava naqueles á quem eram incumbidas as suas Ordens”.<sup>4</sup>

Cabe aqui observar dimensão desse evento uma vez que até autoridades locais aderiram ao mesmo. Todo esses acontecimentos levaram o Presidente a acreditar que as manifestações iam além daquele acontecimento isolado e que havia um plano conspiratório do qual faziam parte pessoas do povo e de famílias abastadas da vila de Santo Amaro, além de outras vilas que também aderiram ao movimento por estarem insatisfeitas com a administração da Província.

Exposta a situação de desordem em que se encontrava a Província, pede aos membros da Assembleia que tomem as devidas decisões para reestabelecer a ordem. Todavia, absolvidos com tamanho problema a ser enfrentado, o Presidente tal como os Deputados da Assembleia se quer puderam voltar-se às outras demandas da Província naquele momento. Posteriormente, o Vice-Presidente, Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros, abriria em segunda sessão ordinária outros assuntos e melhorias para a

---

<sup>4</sup> Relatório dos Presidentes de Província de Sergipe de 1835. São Cristóvão: Tip. Correio Sergipense, 1855.

Província. Estas, anunciadas através do jornal Noticiados Sergipense, primeiro jornal a circular em Sergipe.

### **Relatório do ano 1837:**

Fala de abertura com que o Presidente da Província, Bento de Mello Pereira (1780-1866), abriu a terceira sessão ordinária da primeira legislatura da Assembleia Legislativa.

Em obediência ao que estabelecia o Ato Adicional, o Presidente convoca a Assembleia afim de expor os assuntos que mais exigiam atenção na província e buscar soluções para estes. São diversos os temas apresentados e que demandam providencias, serão abordados neste relatório questões sobre: Instrução Publica, Culto Público, Saúde Pública, Tranquilidade Pública, Guarda Nacional, Estatística, Índios, Administração da justiça, Estradas, Pontes e Canais; Obras Públicas e Finanças.

Entre os temas de maior relevância acima listados, aponta, o Presidente, o estado de abandono da Instrução Pública na província e pede a criação de uma lei que melhor organize este setor, dando uniformidade a este, e sujeitando os professores a uma estrutura de fiscalização de modo que as autoridades possam garantir que os professores melhor preparados continuam atuando e os inábeis possam ser dispensados de suas atividades, medidas que visam o melhoramento do sistema educacional na província.

Outro tema apresentado aqui são as dificuldades para conter os avanços da *peste da bexiga* na província, pois apesar dos esforços empregados e de buscar auxilio na província da Bahia, a doença não fora contida. Todavia, o Presidente não pode fornecer mais informações sobre a aplicação de medidas para conter os estragos causados pela *peste* nas municipalidades, a impossibilidade de colher estas informações, essa dificuldade se deu em função de precisar voltar sua atenção para “*huma peor peste, a guerra civil*”. Trata-se dos problemas enfrentados para conter os revoltosos da vila de Santo Amaro. Muito embora os presidentes tantas vezes ressaltem nos relatório o caráter pacífico da província, esta revolta deu mostras de que este estado de *Tranquilidade* tão comum a província era apenas aparente. As revoltas, principiadas por um insatisfação relativa a aplicação de lei envolvendo as vilas de Santo Amaro e Maruim, tomaram, posteriormente, maiores dimensões e ganharam aderência em outras



municipalidades, notadamente em localidades da região do Cotinguiba. No trecho a seguir temos a descrição de um desses movimentos:

“na tarde do dia quinze de Novembro proximadamente findo por hum grupo de sceleratos sahido desta villa foi assaltado o Quartel do Destacamento de Aracajú, roubadas as armas das praças, que ali se achavão, e pelas três horas da manhã do dia seguinte por hum outro grupo de cincoenta, acometido inopinadamente o da villa de Larangeiras, roubando-se-lhe as armas e cartuchame, que forão conduzidas para Santo Amaro, apparecendo igual tentativa contra o Quartel da villa da Capela no dia dezoito á huma hora da tarde, que foi repelida pela bravura dos Permanentes ali destacados.”<sup>5</sup>

Vendo as dimensões que tomavam as manifestações, o Presidente reuniu toda a força possível para conter as desordens. Porém, a pequena e desorganizado contingente de segurança existentes na província não conseguia conter os grupos que seguiam causando transtornos. Apesar de isso, de acordo com o relatório, no dia 19 do corrente mês, as forças de segurança conseguiram conter os rebeldes, muito embora, o Presidente ainda receoso de que as manifestações ainda pudessem voltar a ocorrer e por conta disto solicitou a Bahia forças para auxiliar a pequena Guarda existente em Sergipe.

Ao falar da *Estatística*, que poderíamos aqui ser descrita como um censo, o Presidente denuncia as fraudes eleitorais frequentes nas quais se nota um número de votantes que chegam a superar o número de moradores de algumas vilas. Para o Presidente, situações como as descritas anteriormente são consequência desse tipo de fraude e da atuação pálida da Administração da Justiça na província que tem gerado inquietações e impunidade.

Sobre as “Obras que demandam a província”, vezes por falta de recursos, outras por falta de aplicação deste recursos ao que deveriam ser destinado, estas obras permaneciam como projeto. Dentre as obras levantadas como de maior necessidade pelo Presidente estão a construção de prisões seguras em quase todos os municípios, pois este também tem sido um fator de aumento da impunidade. E conclui falando das Finanças e dos poucos recursos da arrecadados pela Província.

### **Relatório do ano de 1838:**

---

<sup>5</sup> Relatório dos Presidentes de Província de Sergipe de 1837. São Cristóvão: Tip. Correio Sergipense, 1855.

Fala com que o Presidente da Província, José Eloy Pessoa (1792-1841), abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Assembleia Legislativa.

Os temas a serem discutidos nessa sessão trataram de assuntos relativos a Secretaria da Província, Instrução Pública, Administração Judiciária, Culto Público, Defesa e Segurança Pública, Saúde e Caridade Pública, Obras Públicas, Tesouraria Provincial e Receita e Despesas da província.

O Presidente inicia sua fala dispondo-se a apresentar as demandas e assuntos da província mesmo receando não ter condições de cumprir com esse papel por sua inexperiência administrativa e de seu pouco tempo como presidente. É curioso observar como é frequente o desconhecimento das províncias a que devem presidir e o curto tempo que estas figuras ocupam estes cargos, como previsto pelo Ato Adicional os deputados eleitos para compor a assembleia por duas legislaturas, mas os Presidentes de Província, escolhidos pelo governo central e nomeados por carta régia, permaneciam no cargo por um ano apenas.

Inicialmente, o Presidente trata da falta de organização do setor administrativo da Província, aponta principalmente para a forma desigual como são remunerados os funcionários públicos ainda que esses exerçam as mesmas atribuições. No segundo assunto apresentado, Instrução Pública, neste ponto, chama a atenção mais uma vez para que fosse aplicada a lei provincial de 05 de Março de 1835 visando dar mais uniformidade ao corpo de professores, além de fazer com que estes não tenham que ocupar-se de assuntos que lhes tome a atenção, pois estes devem dispensar sua atenção inteiramente ao ensino e, cobra ainda que estes sejam melhor remunerados.

Sobre a Administração da Justiça, reclama do estado quase de abandono do setor judiciário na província tendo apenas um Juiz de Direito letrado e efetivo, sendo ainda que este temeroso por retaliações sem compromisso com a justiça mas sim com sua segurança:

“Doloroso hé confessar-vos, que neste ramo interessantíssimo achei esta Província em quasi total abandono: apenas em junho do anno passado existia hum Juiz de Direito Letrado e effectivo em toda a Província de Sergipe, e este mêsmo ainda mal convalescia de graves feridas traiçoeira e barbaramente feitas, por mãos assassinas. Os Juizes interinos como todas Authoridades substituintes são tocadas naturalmente pêla inconsistência de seos cargos, e por isso hé ordinário ouvir-se-lhes diser --- *isso não hé mêo: seo dono que trabalhe.*”<sup>6</sup>

Por essa falta e pela visível necessidade diz que indicou para a capital e para a comarca de Laranjeiras nomeou para ambas juiz de direito civil. Sem a presença de juízes reclama que a violência e os assassinatos tão comuns na província não poderia ser contidos e volta mais uma vez a falar da necessidade da construção de cadeias seguras em lugar das frágeis detenções existentes além da falta de carcereiros e da remuneração dispensada a estes. É curioso notar mais uma vez na fala do Presidente relatos de desvios dos recursos que deveriam ser aplicados nestas obras. Outra demanda frequente na segurança pública é a necessidade do aumento da Força Policial e de melhores condições para que possam desempenhar suas atribuições, e apesar do reduzido número diz que sua atuação é uma das melhores entre as províncias.

A respeito da Saúde Pública, lamenta as dificuldades de aplicação da vacinação na população, tanto pelo despreparo das autoridades como pelo desconhecimento geral e temor por sua aplicação.

Quanto as Obras públicas, apesar dos vários projetos de melhoramento para a Província, em função de preocupações maiores como a segurança as obras permanecem pendentes, isso também pela falta de Receitas suficientes, a província não tem conseguido arrecadar receitas maiores que suas despesas e reclama Presidente, “hum só real não me tem sido fornecido do Rio de Janeiro, ou da Bahia, ou de alguma outra província desde que tomei posse da Administração”, Justifica a falta de melhorias na província em função da falta de recursos.

### **Relatório de 1839:**

Fala com que iniciou a sessão Legislativa o vice-presidente da Província, Sebastião Gaspar de Almeida Boto (1802-1884), em 11 de Janeiro de 1839.

As reuniões das Assembleias Legislativas Provinciais sendo uma obrigação legal realizavam-se segundo o que dispunha o Ato Adicional de 1834:

“Cheio do maior jubilo, venho perante voz cumprir com o dever que me impõe a lei de 12 de Agosto de 1834: exercendo assim a mais

---

<sup>6</sup> Relatório dos Presidentes de Província de Sergipe de 1838. São Cristóvão: Tip. Correio Sergipense, 1855.

nobre de minhas atribuições, passo a instruir-vos das necessidades públicas da Província, e a congratular-me com vósco pela feliz época da reunião da Assembleia Legislativa Provincial, em quem o Público espera as salutares medidas, que devem emanar de vossa sabedoria e patriotismo.”<sup>7</sup>

O coronel Boto, tratará de diversos temas recorrentes as reuniões da Assembleia, Tranquilidades Pública e Policia, Secretaria da Presidência, Instrução Pública, Estatística, Guarda Nacional, Administração da Justiça, mas também de novas demandas, a exemplo da aquisição de uma Typografia para das publicidade aos Atos Provinciais.

A respeito de questões relacionadas a Tranquilidade e segurança na Província, muito embora o presidente comece ensaiando o frequente discurso do predominante caráter pacífico de Sergipe, logo percebemos em sua fala que esta paz era tão somente aparente:

“O socêgo da Província tem sido até o presente intervalo: o espirito publico tende a sustentar a ordem: a paz reina em todas as comarcas, [...] infelizmente vagão por muitos dos Povoados da Provincia assassinos, e malfeitores, que zombão de nossas leis”.<sup>8</sup>

Para o Vice-presidente, esta situação configura como consequência da falta de leis mais rígidas e a falta absoluta de prisões seguras em que possam ser detidos os criminosos. Somado aos fatores já apresentados para a insegurança e a impunidades na Província podemos assentar ainda:

“O estado atual da Administração da Justiça: os Juizes de Paz, que accumulão tanas e tão importantes attribuições, não preenchem os fins das leis, que lhes cumpre observar, e quase geralmente com pequenas excepções se observa o indifferentismo, com que procedem contra os delinquentes na repressão dos crimes.”<sup>9</sup>

Os problema relacionados à falta de professores qualificados para as aulas na Escola Normal continua, e por força da lei de 20 de Março, lei que visa o melhoramento

---

<sup>7</sup> Fala do vice-presidente Sebastião Gaspar de Almeida Boto na abertura da primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Assembleia Legislativa Provincial em 1839. São Cristóvão: Tip. Correio Sergipense, 1855.

<sup>8</sup> Relatório dos Presidentes de Província de Sergipe de 1839. São Cristóvão: Tip. Correio Sergipense, 1855.

<sup>9</sup> Idem.

do ensino em Sergipe citada anteriormente, foi preciso buscar fora da Província pessoa apta a cumprir este papel. E pela mesma razão também, pela seleção mais rígida de pessoas qualificadas ao magistério, é “que foram jubilados o Professor de Gramatica Latina da Villa de Itabaiana, e a Professora, da, de Maruim”, Informa o Presidente. Ainda sobre os problemas enfrentados para o cumprimento das obrigações com a melhoria do ensino na Província, pode se ver a constante falta de fundos por vezes lamentada pelos dirigentes do Governo:

“A Lei de 17 de Março do anno findo, que creou hum Collegio de Artes Mechanicas para ensino dos Orfãos pobres, expostos, e filhos de Paes indigentes, que tiverem chegado a idade de dez annos sem seguir occupação util, não tem sido possivel cumprir-se, por não haverdes para esse fim consignado quantia alguma, e não se poder destrair fundos de outras consignações.”<sup>10</sup>

A falta de recursos suficientes para o cumprimento das obrigações legais é perceptível, também, no setor das Obras Públicas que, por seguidas Assembleias e por falta de sua execução, são pautas sempre presentes nos relatórios como se nota abaixo:

“O estado deplorável em que actualmente está a arrecadação das Rendas Públicas, exige de vós (dos deputados) as mais enérgicas e promptas providencias: devo com franquesa declarar, que as nossas Rendas Provinciaes, que não são arrecadadas pela Alfandega e Mezas de Rendas, estão redusidas a patrimonios dos Arrematantes e Exactores [...]. Os Juizes Municipaes, ou por conniventes, ou por condescendentes, zombão de seos deveres: os Fiscaes parciaes, surdos ás ordens da Thesouraria, não promovem as execuções como aquella assiduidade, que se exige, resultando do quanto exponho.”<sup>11</sup>

Deixando claro que a Província sofria não só pela falta da devida arrecadação de recursos, mas também pela apropriação indevida destes, e, visando obter uma melhor apuração dos proventos, o Vice-Presidente manda criar na Província da Bahia uma comissão para a fiscalização dos proventos resultantes dos gêneros produzidos em Sergipe e levados ao mercado daquela praça. É do que trata nas três Portarias seguidas aos relatório.

---

<sup>10</sup> Relatório dos Presidentes de Província de Sergipe de 1839. São Cristóvão: Tip. Correio Sergipense, 1855.

<sup>11</sup> Idem.

## **Fala com que foi encerrada a segunda sessão da segunda legislatura da Assembleia Provincial em 11 de Março de 1839:**

A fala de encerramento foi declarada pelo então Presidente da Província, Joaquim Jose Pachêco (1808-1884), que justifica a sua falta no cumprimento de sua obrigação em iniciar a sessão da Assembleia por ter que voltar sua atenção a demanda que pediam cuidados urgentes:

“victima de huma resistência armada, a Provincia havia soffrido o jugo de huma facção desorganizadora, que conclamando as leis hasteou o negro pendão da hedionda anarchia; e quando tratava de fechar suas feridas, que mal cicatrizadas, ainda gotejavão sangue, vio-se accometida da bancarôta, que parecia devoral-a com todos os seus horrorosos estragos.”<sup>12</sup>

Embora não tenha sido possível encontrar mais informações a respeito do local onde ocorreu o fato acima relatado, trata-se, provavelmente, das diversas manifestações ocorridas em diferentes pontos do Império neste período resultantes das divergências dos “grupos políticos” e das interpretações do Ato Adicional por estes:

“dous princípios luctão hoje no Brasil á peito aberto. Hum, que quer alargar mais do que he mister o elemento Democratico, fazendo senão derribar, ao menos estremecer o Monarchico; que pugna por governar o incerto, o duvidoso e o vago de que se ressentem as Instruções do Paiz.”<sup>13</sup>

Vê-se aí um impasse que foi uma constante em todo o período das regências: a disputas entre as facções políticas mais conservadoras e os grupos que lutavam por Províncias com maior autonomia.

Conclui sua fala tratando também de questões relativa diretamente a Província de Sergipe reforçando problemáticas já listadas anteriormente pelo Vice-Presidente, como questões de finanças, segurança, arrecadação de impostos, entre outros.

---

<sup>12</sup> Discurso de encerramento da assembleia Legislativa Provincial de 1839. Relatório dos Presidentes de Província de Sergipe. São Cristóvão: Tip. Correio Sergipense, 1855.

<sup>13</sup> Idem.

## **Relatório do ano de 1840:**

Fala do Presidente Wencesláo d'Oliveira Bello (1787-1852) na abertura da sessão Legislativa de 11 de Janeiro de 1840.

Mas uma vez vemos o Presidente iniciar seu discurso desculpando-se por possíveis faltas em suas apresentações das demandas da província em razão do pouco tempo administrativo e pela falta de maiores conhecimentos da província que governam. Não obstante a falta de maiores informações, o Presidente Wencesláo apresenta os assuntos os quais julga de maior relevância para Sergipe.

Os temas expostos pelo Presidente não fogem muito à regra dos assuntos costumeiramente apresentados em outras sessões. Entre os temas tratado, fala sobre os Crimes, a Administração da Justiça, Culto Público, Instrução, das Câmaras Municipais, sobre Obras, Segurança e finanças; e Tranquilidade na Província, a respeito desta, embora comunique que a paz continua inabalável, lamenta que a aplicação da justiça na Província continua gerando impunidade da qual gozam os criminosos em diferentes comarcas. A questão da aplicação da Justiça é sem dúvida um dos maiores problemas enfrentados nesse período, pois perante os potentados locais que faziam valer suas vontades por meio da força e ameaças, até mesmo os Juízes sentiam-se ameaçados a cumprir a Lei:

“Nesta Provincia, bem como nas de mais do Brasil, ella se recente dos effeitos da impunidade, devido sem duvida á mal entendida filantropia dos nossos Jurados, e falta dos conhecimentos proficionaes da mor parte dos Juizes de Paz, [...] Na preparação dos processos ninguém se atreve a depôr contra o criminoso, ninguém a accusal-o; os mesmos Juizes receião proceder contra eles temendo, que absolvidos voltem, e atentem contra suas vidas.”<sup>14</sup>

No campo da Instrução Pública, nada há de novo a se dizer. A falta de “Professores hábeis para se encarregarem do magistério”, ainda continua sendo um problema irresoluto, e aponta-se a necessidade de providencia para o melhoramento da instrução na província. Sugere que as aulas existentes na província e as aulas que seriam necessárias ao ver do presidente devem ser substituídas por disciplinas que gere um conhecimento melhor aproveitado na pratica.

---

<sup>14</sup> Relatório da Província do ano de 1840. São Cristóvão: Tip. Correio Sergipense, 1855.

A respeito das melhorias materiais da Província, os poucos recursos disponíveis e a deficitária arrecadação dos impostos impossibilitam que a construção de pontes, estradas e da tantas vezes solicitada reforma da “cadêa de Estancia” que ameaça ruir sejam feitas. Uma das soluções apontadas por Bello para que a arrecadação da província seja feita com mais rigor e com isso o governo tenha fundos para suas obras é a transferência da Alfandega para o porto do Aracaju, “Ali, além de muito mais bem fiscalizada as Rendas da Província, com que em breve podereis, não só fazer face as despesas ordinárias, como prover os melhoramentos materiais de que muito precisa”.

### **Relatório da Província em 1841:**

Fala com que o Coronel João Pedro da Silva Ferreira, Presidente da Província, abriu a segunda sessão ordinária da terceira Legislatura da Assembleia Provincial.

O Presidente inicia sua fala com breve considerações sobre suas responsabilidades legais e lembra o fato desta ser a primeira sessão da Assembleia “depois que sua Magestade Imperial o SENHOR DOM PEDRO II. Declarado em Maioridade pela Assembleia Geral”. E segue, logo, tratando dos assuntos da Província, abordando questões da Segurança e Justiça, da Administração e das Finanças, assim como da Instrução Pública.

Das questões relacionadas a Administração da Justiça, chama a atenção para discussões curiosas a esse respeito, trata do antigo modo do código de processos crimes que apesar de aponta melhoramentos com o novo código penal sancionado e passando a valer a partir de 1830, e em 1832 o código de processo. Para o presidente mudanças são necessárias visto que muitas reclamações tem havido por parte da população, tanto da província como de outros cantos do império:

“O antigo modo dos Processos Crimes era huma verdadeira inquisição, e por isso os cidadãos impacientes dos vexames, que soffrião, ávidos de reformas salutareis, reclamarão, com todo entusiasmo nacional, do Corpo Legislativo hum prompto remédio a seus soffrimentos.”<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Relatório da Assembleia de 1841. São Cristóvão: Tip. Correio Sergipense, 1855.



A partir de então trata de questões estritamente relacionadas ao processo judicial, como a formação da culpa, parte mais importante do processo para o Presidente. Alerta, ainda, para a falta de preparo muitas vezes demonstrada por parte dos juízes de paz e até faz acusações de que estes agem muitas vezes mal intencionados, só não atuando de forma ainda mais maléfica a aplicação da Justiça do que a atuação dos Juízes Leigos que “commettem toda espécie de arbitrariedade”. Ainda sobre a atuação dos juízes de paz acredita que o corpo de Polícia atuaria de melhor forma se não estivesse subordinado a estes.

A respeito da composição do júri, para ele este também age com parcialidade e por vezes desconhece a lei; além disso, aponta dificuldade para reunir o contingente 60 jurados. Chega a sugerir que seria melhor dispensar esta figura em prol de que o governo assumisse essa função e para tal reformando o artigo 7 da lei provincial de 9 de fevereiro de 1839.

A ênfase maior nesse relatório é dada a questões relacionadas à segurança na província, embora trate de assuntos sobre as câmaras municipais, instrução, como enfatiza várias vezes, o Presidente pelo pouco conhecimento das diversas demandas das diferentes comarcas não pode estender-se em nenhum desses assuntos.

## **Relatório do ano de 1842**

Fala do presidente Sebastião Gaspar d’Almeida Boto na abertura da primeira sessão da quinta legislatura da Assembleia Provincial. Datada de 11 de janeiro de 1842.

O Presidente introduz sua fala com um texto breve e imediatamente apresenta um quadro das necessidades da Província, fala sobre Tranquilidade pública, Força Policial e Guarda Nacional, Administração da Justiça, Divisão Civil e Eclesiástica, Instrução Pública, Agricultura, Obras Públicas, Prisões, Barras e Canais, e sobre Arrecadação e Fiscalização da Renda.

No primeiro tópico fala de um fato ocorrido na vila de Capela no qual um grupo comandado pelo padre Dr. Manoel José da Silva Porto acabou assassinando o juiz de paz José Alves Pereira. Segundo o relato esse acontecimento fez-se importante por mostrar a fragilidade do judiciário na província. Tendo em conta os envolvidos que o fato foi realizado por figuras notórias na província, os Juízes assim como o corpo de

Jurados deixaram se corromper e agiram de modo a livrar os indivíduos das suas responsabilidades.

Sobre as Forças de segurança da Província, repete-se mais uma vez a falta de condições e remuneração adequada para a Polícia assim como para o corpo da incipiente Guarda Nacional.

Ao falar sobre Divisão Civil e Eclesiástica discute-se a questão das delimitações das fronteiras entre o território de Sergipe e Bahia. A falta de uma linha divisória clara tem gerado frequentes desentendimentos.

Sobre a Obras da Província, reclama que apesar dos esforços várias obras que já deveriam ter sido feitas muitas ainda não haviam se quer sido iniciadas a exemplo de uma *casa de correção* para presos. E encerra sua fala reforçando a necessidade de melhorias no setor da arrecadação de impostos e do déficit em que se encontra o caixa da Província.

### **Considerações finais**

Conclui-se da leitura dos relatórios da província de Sergipe que, algumas das medidas tomadas no período regencial infelizmente não alcançaram os resultados esperados, exemplo disso pode ser dado como a própria desvirtuação do *habeas corpus*, criado para resguardar em liberdade por falta de provas contundentes dos suspeitos de práticas criminosas, passou a ser usado por políticos locais e homens de grande poder econômico para fugir às leis gerando reincidentes reclamações pela mais flagrantes impunidades na província. Com a ampliação dos poderes de algumas figuras locais, permitidos pelo adendo a Constituição de 1824, visto que, as autoridades faziam uso do poder nas províncias de forma a ter seus interesses favorecidos. Conflitos locais acirraram-se gerando graves prejuízos ao desenvolvimento de algumas das Províncias.

O período regencial passou a História como um dos mais dinâmicos na luta entre grupos divergentes na definição das estruturas do Estado liberal e/ou imperial brasileiro. Em pleno período monárquico no Brasil, experiências assemelhadas às de uma República e a experiência do poder pelas elites políticas mostraram naquele momento a falta de preparo e coesão destas para o melhor caminho da nação.

Foi um tempo no qual discutiu-se intensamente a respeito do ideal de liberdade do homem, marcado sobretudo pela forte atuação dos grupos liberais mais “exaltados”

sob a ação daqueles que presavam por maior centralização do poder político instituído pela constituição do Império.

A descentralização político-administrativa instituída pelo Ato Adicional deu forças a figuras de poder locais nas Províncias e a conflito de interesses, a solução encontrada para os problemas apontados ganharam corpo com o retorno dos políticos de linha mais conservadoras ao poder e a aprovação da *Lei de interpretação do Ato Adicional*, aprovada em maio de 1840, reestabeleceu o Conselho de Estado, revisou o Código de Processo Criminal reestruturando o sistema jurídico como um todo, retirando da mão dos Juizes de Paz as atribuições policiais e criando em cada província o cargo de chefe de polícia. Seguido a essas mudanças, na seguinte reunião da Assembleia Geral, seria anunciada a maioria do Imperador, tendo assim início o Segundo Reinado.

**Abstract:**

The following text, by reading the reports of the presidents of provinces applied in Sergipe from 1835 to 1842, is a warning as major issues discussed in the sessions of the assemblies of this province. The issues presented concern local politics, but they are also related to the context of regional politics. Through the approach to these reports, we perceive political conflicts, as difficulties faced by the provincial administration, among other public order issues faced during this period.

**Keywords:** Reports, Sergipe province, Presidents.

**Referências**

**Fontes:**

Constituição Política do Império do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)

Ato Adicional de 1834. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm)

Relatórios dos Presidentes de Província de Sergipe (1835-1842). São Cristóvão: Tip. Correio Sergipense, 1855.

**Bibliográfica:**

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. A narrativa da nova história política: representações dos Subterrâneos da historiografia. V encontro Internacional de História Ufes/Paris-Est. Abril de 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/UFESUPEM/article/view/11757>

CLEMENTE, Rafael Willian. História Política e a “Nova História”: um breve acerto de contas. **Cadernos UniFOA**. Volta Redonda, Ano VI, n. 16, agosto 2011. Disponível em: <http://www.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/45/11.pdf>

DANTAS, Ibarê. “Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909). O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: criação, 2009.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. História de Sergipe (1575-1855). - 3. Ed. – São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. Págs. 313 – 366

FILHO, ARNALDO FAZOLL. “O período regencial” – Ed. Ática S. A.. S. Paulo, 1990.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. O Império em construção; Primeiro Reinado e Regência: coordenação Maria Lígia Prado, Maria Helena Capelato. São Paulo: Atual, 2000. – (Discutindo a história do Brasil).

NUNES, Maria Thetis. História de Sergipe, a partir de 1829. – Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

NUNES, Maria Thetis. Sergipe Provincial I: 1820-1840. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2000. 394p.

O capítulo usado. IN: autores da coletânea (Keila e Ricardo). O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870/organização Keila Grinberg e Ricardo Salles. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SILVA, Êça Pereira da. A HISTÓRIA POLÍTICA RENOVADA: novas possibilidades de pesquisa. Disponível em: [file:///C:/Users/Elves/Downloads/39-266-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Elves/Downloads/39-266-1-PB%20(1).pdf)